

DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS
Regime Próprio de Previdência Social

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
EXERCÍCIO - 2025

**INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
SANTANA DO ITARARÉ – SANTANAPREV**

SANTANA DO ITARARÉ - PARANÁ

Sumário

1. Introdução.....	03
2. Objetivos	03
3. Cenário Econômico	04
4. Equilíbrio Atuarial.....	13
5. Modelo de Gestão:	13
5.1.Acompanhamento da Gestão dos recursos garantidores:.....	13
6. Estratégia de Alocação de Recursos:	14
6.1.Segmentos de Aplicação:.....	13
6.2.Objetivos da Alocação de Recursos:.....	13
6.3.Faixas de Alocação de Recursos:.....	13
7. Informações utilizadas na Gestão da Alocação dos Recursos.....	17
8. Diretrizes para gestão dos segmentos de aplicação dos recursos (critérios para a seleção dos investimentos).....	17
8.1.Diretriz de Alocação de Recursos Definidos para o Exercício de 2024.188.2.Estratégia de alocação para	
9. Gerenciamento de Riscos:	21
10. Disposições Gerais:	22

1. Introdução

Os investimentos do Regime Próprio do Município de Santana do Itararé obedecem às diretrizes e princípios contidos na Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor, definidas pelo Conselho Monetário Nacional atualmente na Resolução nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e suas alterações.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. Objetivos

A Política de Investimentos possui o objetivo de estabelecer as diretrizes e linhas gerais relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS do Município de Santana do Itararé, levando-se em consideração os princípios da boa governança, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Constitui-se em instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas da Instituição, como também os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos. Tratará, também, da busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa e renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor,

vencimentos diversos, indexadores etc, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno e os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, com especial ênfase no médio e longo prazos.

3. Cenário Econômico

(conteúdo veiculado de Carta Capital)

A economia mundial vai crescer 3,2% este ano e no próximo, previu o Fundo Monetário Internacional (FMI) nesta terça-feira (22), optando pela prudência nas suas previsões devido à desaceleração em países emergentes como China, México e Rússia.

Em seu relatório o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, manifestou preocupação com o aumento da incerteza a nível global, devido à multiplicação dos riscos tanto geopolíticos como econômicos.

Como consequência, alguns países gozam de melhor saúde econômicas do que outros e as previsões de crescimento permanecem fracas a nível mundial.

Os Estados Unidos deverão terminar o ano com um crescimento de 2,8%, estima o FMI, que prevê uma expansão de 2,2% da maior economia do mundo em 2025.

Entre os países emergentes, a China continua mostrando sinais de fraqueza. As estimativas do FMI não consideram os recentes planos de Pequim para reativar a sua economia anunciados nos últimos dias. No estado atual, a organização econômica internacional prevê um crescimento do PIB do país de 4,8% este ano e de 4,5% no próximo. América Latina e Caribe seguem a tendência geral: o crescimento econômico diminuiu de 2,2% em 2023 para 2,1% em 2024, antes de aumentar para 2,5% em 2025.

No que diz respeito às últimas previsões do FMI de julho, os dados para este ano melhoram 0,3 pp, enquanto diminui 0,2 pp para 2025.

Para 2024, espera-se um crescimento de 3% no Brasil, 1,5% no México, 1,6% na Colômbia, 2,5% no Chile, 3% no Peru, 0,3% no Equador, 3% na Venezuela, 1,6% na Bolívia, 3,8% no Paraguai e 3,2% no Uruguai.

A Argentina, a terceira maior economia da América Latina. As nuvens pesadas persistem em meio ao turbilhão reformista do presidente ultraliberal Javier Milei, com uma contração de 3,5% este ano. No entanto, o crescimento deverá se recuperar consideravelmente em 2025, a 5%, segundo o FMI.

Nem tudo é negativo: a inflação cai para a meta de 2% nas principais economias, um sucesso que se deve, segundo o FMI, aos bancos centrais.

“Estamos sempre um pouco acima, mas estamos cada vez mais próximos e a diferença deve diminuir em 2025”, disse Gourinchas.

Ipea projeta crescimento de 3,3% do PIB neste ano e de 2,4% para 2025

Setor de serviços segue como um dos principais motores de crescimento da economia com altas previstas de 3,4% e 2,5% em 2024 e 2025, respectivamente.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou, nesta segunda-feira (30), a **Visão Geral da Conjuntura**, uma análise do desempenho da economia brasileira. O Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea revisou a projeção de crescimento para 3,3% do produto interno bruto (PIB) brasileiro para 2024. Para 2025, a estimativa passou de 2,3% para 2,4%.

Ao contrário do que se poderia pensar em junho, durante o lançamento da última Visão Geral, os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre o PIB agregado parecem ter se exaurido no curto prazo. Com efeito, os indicadores conjunturais do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), talvez por questões amostrais, as enchentes apenas geraram volatilidade ao longo do segundo trimestre, com quedas acentuadas em maio sendo seguidas de fortes crescimentos em junho.

Impulsionado pela boa evolução do mercado de trabalho e por melhores condições de acesso ao crédito, o desempenho das vendas de bens e serviços às famílias manteve a tração ao longo de 2024, e segue como principal *driver* da economia. Após um ano de 2023 decepcionante, a demanda por bens de capitais também se destacou positivamente, potencializando uma recuperação verificada na indústria de transformação, embora num ritmo ainda modesto. Como consequência, além do bom desempenho da produção interna, as importações seguem registrando expansão, fato também evidenciado pelo crescimento mais acelerado do Consumo Aparente (CA) de bens industriais, em relação à produção física. Já as exportações, com importante contribuição para o crescimento do PIB em 2023, vêm apresentando alguma desaceleração.

Por outro lado, alguns fatores indicam um crescimento menos robusto para o segundo semestre de 2024, em comparação com o primeiro. Enquanto o Banco Central iniciou, em setembro, um ciclo de aumento da taxa de juros, o impulso fiscal por parte do governo tende a ser menor do que o ocorrido anteriormente. Já com relação à situação financeira das famílias, embora a massa de rendimentos continue registrando ganhos reais, a trajetória de alguns índices de preços, notadamente no setor serviços, tem se tornado menos favorável.

A surpresa positiva em relação ao ritmo de crescimento do PIB no segundo trimestre, resultou em um elevado efeito de carregamento estatístico (2,7%) para o resultado de 2024. Em relação à previsão para o terceiro trimestre de 2024, estima-se que o PIB apresente crescimento de 0,4% na margem, com alta de 3,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Pelo lado da oferta, o Ipea projeta uma alta de 0,3% para o setor de serviços na comparação com o segundo trimestre, com crescimento de 3,5% interanual. Ao longo do restante do horizonte de previsão, mesmo num ritmo menos intenso, espera-se que o setor continue sendo um dos principais motores do resultado do PIB, acumulando altas de 3,4% e 2,5% em 2024 e 2025, respectivamente. Em relação à indústria, em um cenário com estoques abaixo do planejado e o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) rodando acima da sua média histórica, a expectativa é de um avanço de 0,8% na margem, com alta de 3,5% em relação ao terceiro trimestre do ano passado. Considerando os efeitos do ciclo de aumento das taxas de juros iniciado em setembro, o Ipea prevê um desempenho mais modesto em 2025, com crescimento acumulado de 2,1%.

Por fim, com base na piora das projeções para o resultado da lavoura em 2024, divulgadas no boletim Levantamento Sistemática da Produção Agropecuária, a previsão é de uma queda de 0,7% do PIB agropecuário no acumulado do ano. Em 2025, os pesquisadores projetam alta de 2,5%.

Pela ótica da demanda, o Ipea prevê mais um bom desempenho da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no terceiro trimestre de 2024, com crescimento de 1,5% na margem, resultado compatível com a alta de 8,7% comparação interanual. Com *carry-over* de 5,5% para este ano, em um ambiente econômico caracterizado por um mercado interno aquecido e pela recuperação da indústria manufatureira, projetamos aumentos de 6,2% em 2024 e de 3,2% em 2025.

O consumo de bens e serviços deve continuar crescendo, embora com para a inflação e da expectativa de um menor impulso fiscal no segundo semestre. Com isso, a projeção de crescimento do consumo é um avanço de 0,6% com ajuste sazonal e alta de 4,3% sobre o mesmo trimestre de 2023. Para 2024, após um semestre que superou as expectativas dos pesquisadores, o Ipea aumentou o resultado acumulado para 4,6%. Com uma taxa de juros prevista para o fim de 2025 maior do que a

anteriormente estimada, o consumo de bens de serviços desaceleraria para 2,5% em 2025.

No último trimestre, apesar da surpresa positiva causada pela queda mais acentuada dos preços dos alimentos em julho e agosto, houve uma deterioração do ambiente inflacionário, a partir de uma nova aceleração dos preços dos serviços e o surgimento de fatores de pressão adicionais sobre os preços dos menos folga no orçamento das famílias, em função de um cenário menos benigno alimentos, da energia e dos combustíveis. A alta de 4,2% do IPCA em agosto repercutiu os impactos da desvalorização cambial, especialmente sobre os preços comercializáveis, além dos efeitos do aquecimento do mercado de trabalho sobre a inflação dos serviços livres.

Embora a inflação em doze meses ainda mostre uma tendência de desaceleração ante à observada em 2023, a conjuntura atual revela que este processo de desinflação tende a ser mais lento que o projetado anteriormente. Por isso, a expectativa para os próximos meses é de leve aceleração da inflação em 12 meses, ainda que inferior aos 4,6% observados em 2023: **as projeções inflacionárias passaram de 4,0% para 4,4% em relação ao IPCA e de 3,8% para 4,2% em relação ao INPC em 2024.**

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS MUNDIAL

World Economic Outlook Update. Janeiro de 2025

O World Economic Outlook (WEO) é uma pesquisa de perspectivas e políticas feita pela equipe do FMI, geralmente publicada duas vezes por ano, com atualizações entre elas. Ele apresenta análises e projeções da economia mundial no curto e médio prazo, que são elementos integrais da vigilância do FMI sobre desenvolvimentos e políticas econômicas em seus países-membros e do sistema econômico global. Eles consideram questões que afetam economias avançadas, emergentes e em desenvolvimento, e abordam tópicos de interesse atual urgente.

Atualização das Perspectivas Econômicas Mundiais, julho de 2024.

A economia global em uma situação complicada:

O crescimento global está projetado para estar em linha com a previsão do World Economic Outlook (WEO) de abril de 2024, em 3,2% em 2024 e 3,3% em 2025. A inflação de serviços está atrasando o progresso na desinflação, o que está complicando a normalização da política monetária. Os riscos de alta para a inflação aumentaram, aumentando a perspectiva de taxas de juros ainda mais altas por mais tempo, no contexto de crescentes tensões comerciais e aumento da incerteza política. A combinação de políticas deve, portanto, ser sequenciada cuidadosamente para atingir a estabilidade de preços e repor os amortecedores diminuídos.

Perspectivas Econômicas Mundiais Outubro de 2024. Mudança de Política, Ameaças Crescentes. (22 de outubro de 2024).

O mais recente *WorldEconomic Outlook* relata um crescimento global estável, mas abaixo do esperado, com o equilíbrio de riscos inclinado para o lado negativo. À medida que a política monetária é flexibilizada em meio à desinflação contínua, é necessário mudar de marcha para garantir que a política fiscal esteja em um caminho sustentável e para reconstruir amortecedores fiscais. Entender o papel da política monetária na recente desinflação global e os fatores que influenciam a aceitabilidade social das reformas estruturais será fundamental para promover um crescimento estável e mais rápido no futuro.

Estável, mas lento: resiliência em meio à divergência

A previsão de base é que a economia mundial continue crescendo a 3,2% durante 2024 e 2025, no mesmo ritmo de 2023. Uma ligeira aceleração para

economias avançadas — onde o crescimento deve aumentar de 1,6% em 2023 para 1,7% em 2024 e 1,8% em 2025 — será compensada por uma desaceleração modesta em economias de mercado emergentes e em desenvolvimento de 4,3% em 2023 para 4,2% em 2024 e 2025. A previsão de crescimento global daqui a cinco anos — em 3,1% — está no seu nível mais baixo em décadas. A inflação global deve cair de forma constante, de 6,8% em 2023 para 5,9% em 2024 e 4,5% em 2025, com as economias avançadas retornando às suas metas de inflação mais cedo do que as economias de mercado emergentes e em desenvolvimento. A inflação básica é geralmente projetada para cair mais gradualmente.

A economia global tem sido surpreendentemente resiliente, apesar dos aumentos significativos nas taxas de juros do banco central para restaurar a estabilidade de preços. O Capítulo 2 explica que as mudanças nos mercados de hipotecas e imóveis ao longo da década pré-pandêmica de baixas taxas de juros moderaram o impacto de curto prazo dos aumentos nas taxas de juros. O Capítulo 3 se concentra nas perspectivas de médio prazo e mostra que o menor crescimento previsto na produção por pessoa decorre, notavelmente, de atritos estruturais persistentes que impedem que capital e trabalho se movam para empresas produtivas. O Capítulo 4 indica ainda como as perspectivas mais sombrias de crescimento na China e em outras grandes economias de mercado emergentes pesarão sobre os parceiros comerciais.

O crescimento global está projetado para permanecer em 3,1% em 2024 e subir para 3,2% em 2025. As taxas elevadas do banco central para combater a inflação e a retirada do apoio fiscal em meio à alta dívida pesam sobre a atividade econômica. A inflação está caindo mais rápido do que o esperado na maioria das regiões, em meio a problemas de oferta e política monetária restritiva. A inflação global deve cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025, com a previsão para 2025 tendo sido revisada para baixo.

World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	ESTIMATE	PROJECTIONS	
	2023	2024	2025
World Output	3.1	3.1	3.2
Advanced Economies	1.6	1.5	1.8
United States	2.5	2.1	1.7
Euro Area	0.5	0.9	1.7
Germany	-0.3	0.5	1.6
France	0.8	1.0	1.7
Italy	0.7	0.7	1.1
Spain	2.4	1.5	2.1
Japan	1.9	0.9	0.8
United Kingdom	0.5	0.6	1.6
Canada	1.1	1.4	2.3
Other Advanced Economies	1.7	2.1	2.5
Emerging Market and Developing Economies	4.1	4.1	4.2
Emerging and Developing Asia	5.4	5.2	4.8
China	5.2	4.6	4.1
India	6.7	6.5	6.5
Emerging and Developing Europe	2.7	2.8	2.5
Russia	3.0	2.6	1.1
Latin America and the Caribbean	2.5	1.9	2.5
Brazil	3.1	1.7	1.9
Mexico	3.4	2.7	1.5
Middle East and Central Asia	2.0	2.9	4.2
Saudi Arabia	-1.1	2.7	5.5
Sub-Saharan Africa	3.3	3.8	4.1
Nigeria	2.8	3.0	3.1
South Africa	0.6	1.0	1.3
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.2	4.0	4.0
Low-Income Developing Countries	4.0	5.0	5.6

Source: IMF, *World Economic Outlook Update*, January 2024

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2023/2024 (starting in April 2023) shown in the 2023 column. India's growth projections are 5.7 percent in 2024 and 6.8 percent in 2025 based on calendar year.

É importante destacar que ainda existem fatores de riscos relevantes que podem afetar de maneira significativa o cenário projetado. Fatores como a conjuntura política brasileira e o quadro fiscal, que devem ser considerados nas decisões dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS.

4. Equilíbrio Atuarial

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o exercício de 2025, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de 5,33(cinco virgulatrinta e três por cento), acrescido da variação do IPCA.

5. Modelo de Gestão:

Para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS de Santana do Itararé, será adotada a gestão própria, de acordo com a realidade da Entidade, conforme previsão no artigo 3º, § 5º, inciso II, da Portaria 519/11 e alterações, decidindo sobre as alocações dos recursos respeitando os parâmetros contidas nesta Política e na Resolução 3.922/10.

5.1. Acompanhamento da Gestão dos recursos garantidores:

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 3.922/10, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- 1) Relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações, a ser remetido mensalmente pelas Instituições Financeiras onde os recursos estiverem aplicados;

- 2) Trimestralmente, o RPPS de Santana do Itararé, elaborará relatórios trimestrais detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período;
- 3) Semestralmente, o RPPS avaliará o desempenho das aplicações efetuadas com base nos relatórios acima mencionados.

6. Estratégia de Alocação de Recursos:

6.1. Segmentos de Aplicação:

A alocação de recursos da Entidade obedecerá às determinações emanadas da Resolução 3.922/10, definidas abaixo:

1. Segmento de Renda Fixa
2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados

6.2. Objetivos da Alocação de Recursos:

O principal objetivo da alocação de recursos pelos segmentos acima mencionados é o de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados/a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

6.3. Faixas de Alocação de Recursos:

6.3.1. Segmento de Renda Fixa:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa deverão ser efetuadas por meio das seguintes alternativas: carteira própria, fundos de

investimento.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN nº 3.922/10 e suas alterações, a saber:

Renda Fixa	Limite Mínimo de alocação de recursos	Limite Máximo de alocação de recursos	Limite de alocação por PL do FI	Limite de alocação de recursos do RPPS
Título Público Federal	0%	100%	—	—
FI/FIC exclusivamente em TPF (IMA ou Idka)	0%	100%	25%	100%
FI/FIC exclusivamente em TPF negociável na bolsa	0%	100%	25%	—
Operações Compromissadas TPF	0%	5%	25%	—
FI/FIC Renda Fixa ou Referenciado (IMA ou Idka)	0%	60%	25%	40%
FI/FIC de Renda Fixa ou REF qualquer (com exceção de crédito privado).	0%	40%	25%	40%
Letras Imobiliárias Garantidas.	0%	20%	25%	—
CDB	0%	15%	—	—
Poupança	0%	15%	—	—
FI Direitos Creditórios Aberto.	0%	5%	25%	—
FI/FIC de Renda Fixa ou REF crédito privado.	0%	5%	25%	—
FI com 85% do PL em debêntures.	0%	5%	25%	—

6.3.2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN nº 3.922/10, a saber:

Renda Variável	% Máximo dos Recursos Garantidores	Limite Mínimo de alocação de recursos dentro do limite geral	Limite Máximo de alocação de recursos dentro do limite geral	Limite de alocação por PL do FI	Limite de alocação de recursos do RPPS
FI/FIC em ações indexado (Ibovespa/IBrX)	30%	0%	30%	25%	5%
Outros FI/FIC em de ações		0%	20%	25%	17%
FI/FIC Multimercado sem alavancagem		0%	10%	25%	8%
FI em participações (fechado)		0%	5%	25%	—
FI Imobiliários		0%	5%	25%	—
FI Mercado de Acesso		0%	5%	25%	—

6.3.3. Vedações

O comitê de investimento do SANTANAPREV - Instituto Próprio de Previdência social do município de Santana do Itararé, deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

1. Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco reconhecidas pela ANBIMA;
2. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não estejam listados em mercado de bolsa (Pregão);
3. Cotas de Fundos de Investimentos que apresente, em seu regulamento, a possibilidade de aquisição de ativos que guardem relação com ativos classificados como no exterior (Ex.: Dívida Externa e BDR's).

7. Informações utilizadas na Gestão da Alocação dos Recursos

Como forma de cumprir a Política de Investimentos no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores da Entidade, o Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santana do Itararé, definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- a) Projeções do fluxo de caixa;
- b) Tendências e comportamento das taxas de juros;
- c) Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- d) Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo; e
- e) Níveis de exposição ao risco dos ativos.

8. Diretrizes para gestão dos segmentos de aplicação dos recursos (critérios para a seleção dos investimentos)

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados serão revistas periodicamente pelo Conselho de Administração, e posteriormente pelo Comitê de Investimentos, tanto para minimizar as perdas marcadas pela rentabilidade negativa de alguns fundos de investimentos no ano base, quanto para obter melhor rendimento para o ano vindouro, assim, poderá ser adotada uma maior diversificação nas aplicações, para atender as tendências do cenário econômico que ainda se demonstram instáveis, não se descuidando de obedecer a Resolução do C.M.N. 3922/2010.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a) Os recursos garantidores das reservas técnicas do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santana do Itararé, serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional e poderão ser distribuídos dentro das seguintes categorias de aplicação:
 - a) Títulos Públicos Federais;
 - b) Fundos de Investimentos Financeiros.

- b) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez.

- c) A performance será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo benchmark.

8.1. Diretriz de Alocação de Recursos Definidos para o Exercício de 2025.

Para o ano de 2025, o RPPS do Município de Santana do Itararé, definiu suas alocações de recursos, em investimentos de Renda Fixa e variável, todavia, tendo em vista seu perfil mais conservador, e dado a instabilidade no mercado financeiro a maior parte deverá ser aplicada em renda fixa.

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2025		
			Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional - SELIC	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º I b - FI Ref. em 100% Títulos TN	100,00%	15,00%	27,12%	70,00%
	7º I c - FI Ref. em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º II - Operações Compromissadas em títulos TN	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º III a - FI RF	60,00%	15,00%	56,58%	60,00%
	7º IIIb - FI de Índices Referenciado RF	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º Va - FI em Direitos Creditórios - sênior	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º Vb - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º Vc - FI de Debêntures Infraestrutura	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Limite de Renda Fixa		100,00%	30,00%	83,68%	130,00%
Renda Variável, Estruturados e FII	8º I - FI em Ações	30,00%	5,00%	10,61%	20,00%
	8º II -ETF - Índices de Ações	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%	5,00%	5,71%	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	10º III - FI Mercado de acesso	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	11º - FI Imobiliário	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Variável, Estruturados e FII		30,00%	10,00%	16,42%
Total da Carteira de Investimentos			40,00%	100,00%	160,00%

As faixas de alocações em percentuais, demonstradas no quadro acima, poderão sofrer alterações no decorrer do ano, mediante análise do Comitê de Investimentos e autorização do Conselho Deliberativo, órgão superior de deliberação, verificada a necessidade para manter o equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS.

8.2. Estratégia de alocação para os próximos 05 exercícios

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios	
			Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional - SELIC	100,00%	0,00%	0,00%
	7º I b - FI Ref. em 100% Títulos TN	100,00%	15,00%	70,00%
	7º I c - FI Ref. em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN	100,00%	0,00%	0,00%
	7º II - Operações Compromissadas em títulos TN	5,00%	0,00%	0,00%
	7º III a - FI RF	60,00%	15,00%	60,00%
	7º IIIb - FI de Índices Referenciado RF	60,00%	0,00%	0,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%	0,00%	0,00%
	7º Va - FI em Direitos Creditórios - sênior	5,00%	0,00%	0,00%
	7º Vb - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00%	0,00%	0,00%
	7º Vc - FI de Debêntures Infraestrutura	5,00%	0,00%	0,00%
Limite de Renda Fixa		100,00%	30,00%	130,00%
Renda Variável, Estruturados e FII	8º I - FI em Ações	30,00%	5,00%	20,00%
	8º II -ETF - Índices de Ações	30,00%	0,00%	0,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%	5,00%	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%	0,00%	0,00%
	10º III - FI Mercado de acesso	5,00%	0,00%	0,00%
	11º - FI Imobiliário	5,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Variável, Estruturados e FII		30,00%	10,00%
Total da Carteira de Investimentos			40,00%	160,00%

O RPPS do Município de Santana do Itararé, considera os limites apresentados o resultado da análise feita através das reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira.

9. Gerenciamento de Riscos:

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos;
- Risco sistêmico ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômico, político e social, impõem ao governo;
- Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo;
- Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo;
- Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito à interpelação judicial.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do RPPS de Santana do Itararé, pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de

mercado, serão realizados testes de estresse que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão de recursos do RPPS de Santana do Itararé.

10. Disposições Gerais:

Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

A presente política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social do Município de Santana do Itararé, e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva.

As informações contidas nesta política anual de investimentos e suas revisões serão disponibilizadas aos seus segurados e pensionistas, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.722/2010, a vigência da presente Política de Investimento encerrar-se-á em 31.12.2025 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco), tendo início em 01.01.2025 (primeiro de janeiro de dois mil e vinte e cinco), sendo assegurada sua revisão a qualquer momento através da constatação de fatos financeiros ou econômicos que sejam relevantes.

Santana do Itararé, 31 de outubro de 2024.

Comitê de Investimentos:

José Carlos Radoski

Silvana de Souza

Danilo Tomaz de Oliveira Matozinho